#### INDEFERIDO

CONSIDERANDO OS ELEMENTOS CONSTANTES NO PRE-SENTE, EM ESPECIAL A MANIFESTACAO DA COORDENA-DORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO AS FLS.19, INDEFIRO A SOLICITACAO INICIAL, NOS TERMOS DA LEI NR.14.141/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO NR.

### 51.714/10,POR NAO ATENDIMENTO DO COMUNICADO. 2015-0.011.549-1 ESSER PARADISE EMPREENDIMEN-TOS IMOBILIARIOS LTDA

DEFERIDO,O PEDIDO INICIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE BOCA DE LOBO SIMPLESEM BOCA DE LEAO COM FORNECI-MENTO DE GRELHA DE FERRO FUNDIDO, PARAPERMITIR O ACESSO DE VEICULOS AO INTERIOR DA GARAGEM.

### **CULTURA**

### GABINETE DO SECRETÁRIO

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE-MONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO S.A.

### 1. APRESENTAÇÃO

A Spcine, criada pela Lei Municipal 15.929/2013, é uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e parte da administração indireta do Município de São Paulo, que detém seu controle acionário, e foi constituída em junho de 2014.

Com capital integralizado de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), seu objeto social é a promoção do desenvolvimento da atividade cinematográfica e audiovisual no município de São Paulo, mediante:

o criação, financiamento e implementação de políticas públicas específicas;

o subsídio ou investimento na realização de produtos e serviços e em eventos promocionais no Brasil ou no exterior;

o comercialização e distribuição de produtos, direitos e servicos no Brasil e no exterior: o atuação como film commission, facilitando as filmagens e

promovendo a imagem de São Paulo; o desenvolvimento, investimento, subsídio ou apoio a acões de formação, capacitação e requalificação nas áreas correlatas

o subsídio ou investimento em ações de pesquisa e desenvolvimento científico e artístico;

o subsídio ou investimento na construção e operação de

espaços físicos destinados à atividade audiovisual; o investimento no desenvolvimento de empresas da ativi-

dade audiovisual; o participação em fundos de investimentos.

Os primeiros meses após sua assembleia de constituição foram dedicados à integralização de seu capital, registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, regularidade fiscal e contábil da sociedade, implantação de sua sede social, e definição de sua estrutura organizacional. Em dezembro de 2014, foi aprovado seu organograma funcional e foram efetivadas as contratações de seus primeiros funcionários.

Orientada pela transparência, prestação de contas considerando o interesse público, e otimização de sua estrutura corpo-rativa, a Spcine busca que as decisões, observados os níveis de competência, sejam tomadas de forma colegiada, envolvendo toda sua equipe na definição de estratégias e aprovação de propostas. A Spcine conta, na forma de seu estatuto, com uma Diretoria Executiva, composta por Alfredo Manevy – Diretor Presidente (ex- Secretário Adjunto Municipal de Cultura de São Paulo), e Renato Nery e Maurício Ramos, um Conselho de Administração composto por cinco membros e um Conselho Fiscal permanente, com quatro membros, e pretende implantar comitês consultivos e técnicos. Sua atuação e quadro funcional se organizam em três principais áreas:

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Abrange medidas de estímulo à sustentabilidade econômica do mercado audiovisual paulista através de incentivos às etapas e agentes da cadeia produtiva do setor. Tais medidas serão voltadas à comercialização e distribuição, por meio de linhas de apoio e investimento e apoio a festivais; pesquisa quantitativas e qualitativas e dimensionamento do mercado, incluindo a criação de um observatório do audiovisual paulista; e articulação dos programas e ações de fomento de outras

# 2. INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E ACESSO

Busca o desenvolvimento de ambiente favorável à inovação e à criatividade nas ferramentas, processos e modelos de atuação do setor audiovisual, ampliando a rede de exibição para garantir o acesso democrático à produção. As ações incluem a criação de circuito de salas de cinema, com revitalização de salas de cinema do centro de São Paulo e estímulo à criação de salas na periferia da cidade; o incentivo ao empreendedorismo por meio de apoio a empresas que busquem a inovação ou ampliação de mercado; a capacitação em nível técnico articulada aos gargalos do mercado e em diálogo com as necessidades do mercado paulista e brasileiro, formação e reciclagem envolvendo roteiro, direção, produção executiva, comercialização e mercado e televisão; e desenvolvimento de agentes da cadeia produtiva por meio de laboratórios e encontros setoriais

3. INTEGRAÇÃO ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIO-

Possibilita a articulação e a integração com mercados internacionais, inclusive via coproduções, visando ao fortalecimento de São Paulo como polo audiovisual mundial. São projetos estratégicos da área o programa de apoio à film commission municipal, com simplificação de liberação de filmagens na cidade e no estado, incentivos para atração de produções, e articulação de rede de film commissions do Estado; a promoção do audiovisual paulista em festivais e feiras internacionais e a articulação política com países da América Latina, Europa, África e Ásia para ampliação da circulação do conteúdo audiovisual paulista e brasileiro.

Seu desafio de longo prazo é fortalecer a cadeia produtiva do audiovisual, por meio do desenvolvimento dos agentes e segmentos que a constituem, e obter um mercado doméstico competitivo internacionalmente, com foco no crescimento do resultado econômico, a ampliação de público e o desenvolvimento artístico da produção. Para que isso aconteça, a Spcine deve desenvolver mecanismos que visam firmar São Paulo como um polo internacional de filmagens e produções, articulando a produção paulista e brasileira e abrindo as portas para

# 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando que sua constituição formal, contratação de pessoal e implantação de sua sede somente foram concluídas em dezembro de 2014, as demonstrações financeiras de 2014 da Spcine refletem seu estado pré-operacional, como se pode ver a seguir.

As únicas movimentações mais relevantes correspondem ao pagamento de salários em dezembro, e o resultado da sociedade indica lucro líquido correspondente à receita financeira decorrente do investimento do valor integralizado do capital social. Dessa forma, nos termos do estatuto social, é devido aos acionistas dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do período, ajustado conforme o artigo 202 da Lei 6.404/1976, equivalente a R\$ 6.455,75 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Haja vista a perspectiva de um próximo exercício de investimentos na operação da empresa, sem expectativa de retorno a curto prazo – ou seja, a Spcine não deverá apresentar lucro no exercício de 2015 – recomenda-se que o lucro líquido excedente após o pagamento do dividendo obrigatório seja retido, para futuras compensações com prejuízos, e que seja submetida à assembleia a possibilidade de ressalvada a composição da reserva legal, retenção integral do lucro líguido, na forma do §3°, art. 202, da Lei 6.404/1976.

São Paulo, marco de 2015

Diretoria Executiva

### **EMPRESA DE CINEMA E AUDIO VISUAL DE** SÃO PAULO S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em reais)

AllVO	31/12/2014
Total do ativo circulante	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	25.109.665
Clientes	0
Outras contas a receber	0
Total do ativo circulante	25.109.665
Total do ativo	25.109.665
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
•	31/12/2014
Passivo circulante	
Fornecedores	340
Obrigações tributárias e trabalhistas	83.501

l assivo circulante	
Fornecedores	340
Obrigações tributárias e trabalhistas	83.501
Dividendos a pagar	24.532
Total do passivo circulante	108.373
Patrimônio líquido	
Capital social	25.000.000
Reserva Legal	1.291
Reserva de Lucros	0
Total do patrimônio líquido	25.001.291
Total do passivo e patrimônio líquido	25.109.665
	31/12/2014
Receita operacional líquida	0
Lucro bruto	0
Despesas gerais, administrativas	-147.137
Outras despesas e receitas	0
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	-147.137
Resultado financeiro líquido	181.115
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.978
Imposto de renda e contribuição social	-8.155
Lucro líquido do exercício	25.823

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para 31 de dezembro de 2014

	Capital social	Reserva	Reserva de	Total do patrimônio
		Legal	Lucros	líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	0	0	0	. 0
Integralização de capital	25.000.000	0	0	25.000.000
Resultado do Exercício	0	0	25.823	25.823
Reserva Legal	1.291	-1.291	0	
Dividendos a Pagar	0	0	-24.532	-24.532
Saldos em 31 de dezembro de 2014	25.000.000	1.291	0	25.001.291

Demonstração dos fluxos de caixa Exercicio Findo em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais 25 823 Lucro líquido do exercicio . Ájustes para conciliar o resultado às disponibilidades pelas

atividades operacionais

Redução/ (aumento) dos ativos operacionais

Impostos a recuperar Aumento/ (redução) dos passivos operacionais Obrigações tributarias e trabalhistas 83.501 Dividendos a pagar Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais 24 532 134.197

Fluxo de caixa das atividades de investimento Acréscimo do imobilizado Caixa líquido aplicado nas atividade de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Emprestimos e financiamentos Aporte de capital

25.000.000 Caixa líquido aplicado nas atividade de financiamento 24.975.468 Aumento líquido de caixa e equivalentes 25.109.665 Caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 25.109.665

No final do exercício Aumento líquido de caixa e equivalentes SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2015-2-073

GABINETE DO SECRETARIO ENDERECO: AVENIDA SAO IOAO 473 - 11 ANDAR

PROCESSOS DA UNIDADE SMC/CONPRESP

1993-0.008.194-2 SECRETARIA MUNICIPAL DE CUL-

#### ETIQUETA 16-005.204-93-80 INDEFERIDO

EM SUA 605 REUNIAO ORDINARIA DE 24 DE MARCO DE 2015, O COLEGIADO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PRESER-VACAO DO PATRIMONIO HISTORICO, CUL TURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SAO PAULO - CONPRESP, COM FUNDAMEN TO NOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO E CONSI-DERANDO O PAREC ER DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO HISTORICO E DO CONSELHEIRO RELA TOR, MANIFESTOU-SE CONTRARIAMENTE A APLICACAO DE MULTA/FUNCAP, NO IMO-VEL SITUADO A RUA DO CARMO, 217 E 225 SANTA CECILIA, TENDO EM VISTA A DUPLICIDADE NA APLICACAO DA MULTA. ESCLARECEMOS QUE A APLICACAO DE MULTA/FUNCAP

ESTA SENDO TRATADA NO PROCESSO DE N.20 10-0.279.290-4

# CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

# **CENTRO CULTURAL - EXPEDIENTE**

### EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA Nº 03/2015. Processo 2015-0.077.260-3.

Termo de Parceria firmado entre a Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura/Centro Cultural São Paulo e a associação ACTANTES — AÇÃO DIRETA PELA LIBERDADE, PRIVACIDADE E DIVERSIDADE NA REDE, CNPJ N°. 19.346.292/0001-47, legalmente representada pelo Sr. Tiago Filgueiras Pimentel. OBJETO: Formalização de parceria para realização do evento CryptoRave, das 18h00 do dia 24, às 18h00 do dia 25 de abril de 2015, no Centro Cultural São Paulo, conforme proposta de fls. 02/05 e contraproposta de fls. 06/07. Não há recursos envolvidos na formalização da parceria e o evento será oferecido graciosamente ao público.

DATA DA ASSINATURA: 09/04/2015.

# DEPTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

### PROCESSO N° 2015-0.100.593-2 INTERESSADO: ALEX ALVES DA SILVA

ASSUNTO: Processo Especial de Adiantamento e sua Prestação de Contas – Pequeno Vulto, Manutenção de Bens Móveis. Conservação e Adaptação de Bens Imóveis, relativo ao mês de MAIO de 2015.

AUTORIZO o Adiantamento em nome de ALEX ALVES DA SILVA, CPF n° 261.516.038-93, RF. 740.311.9, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), referentes ao período de MAIO de 2015, para o atendimento de despesas de peque-

no vulto, manutenção de bens móveis, conservação e adaptação de hens imóveis deste Denartamento do Patrimônio Histórico, nos termos da Lei nº 10.513/88, art. 2º, Incisos I, II e III, Decreto nº 23.639/87, Decreto nº 48.592/07, art. 1º, 2º, 4°. 5°. Decreto nº 29.929/91 e suas alterações (Decretos nºs 41.306/01 e 41.394/01), Portaria SF nº 151/2012 e Portaria nº 015/2015-SMC/G, onerando a dotação **25.50.13.391.3001.63** 87.3390.3900.96.01.

### DEPTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

### COMUNICADO

A Diretora da Divisão de Preservação, do Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura, no uso das suas atribuições legais,

COMUNICA:

A Diretoria da Divisão de Preservação e Seção de Expediente do Departamento do Patrimônio Histórico, nos dias 27 e 28 de abril de 2015 (segunda-feira e terça-feira), estarão fechados para recebimento de documentos e processo

Motivo: Realização de serviços de mudança de salas.

### **EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA**

Omissão de Publicação do DOC de 07/04/2015 02/2015/DPH/SMC. 2015-0.040.068-4. Partes Contratantes: PMSP/DPH/SMC e o ESTÚDIO MADALENA PRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS LTDA.-ME Objeto O presente TERMO DE PARCERIA tem por objetivo a realização da exposição "Uma mulher moderna – fotografias de Gertrudes Altschul", na Casa da Imagem, no período de 1º de março a 22 de junho de 2015, com abertura ao público no dia 7 de marco de 2015, nos termos

Data da Assinatura: 17 de março de 2015. **DEPARTAMENTO DO ARQUIVO** 

# HISTÓRICO DE SÃO PAULO

#### **EXPEDIENTE AHSP/DPH/2015-21**

Assunto: Autorização do uso de 11 (onze) imagens do Acervo Permanente do Arquivo Histórico de São Paulo

À vista dos elementos constantes do presente, em especial o parecer da Comissão de Avaliação das Solicitações de Materiais Integrantes dos Acervos da SMC, de fls.8 e com respaldo no Decreto 55.823, de 29 de dezembro de 2014 mais precisamente os itens 9.6, AUTORIZO a cessão de 11 (onze) imagens sem ônus do Acervo Permanente do Arquivo Histórico de São Paulo/DPH/SMC, para Roseli Maria Martins D'Elboux, CPF 029919068-47 e RG 7476648-X, para uso exclusivo em pesquisa acadêmica intitulada "Joseph-Antoine Bouvard no Brasil: os Melhoramentos de São Paulo e a criação da Cia. City." sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina da Silva Leme do curso de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. como consta em folhas 04 e 05 do expediente.

### PORTARIA Nº 01/SMC/AHSP/2015

O Diretor do Arquivo Histórico de São Paulo, à vista dos elementos constantes no processo administrativo nº 2015 0.075.180-0, em especial no parecer da comissão de avaliação à fl. 65/66, e nos termos das disposições gerais para cessão de espaços da SMC constante do anexo do Decreto Municipal  $n^{\rm o}$ 55.823, de 29 de dezembro de 2014,

#### RESOLVE:

25.823

1. Homologar a decisão da comissão de avaliação e AU-TORIZAR a cessão onerosa da Galeria Prestes Maia – Salão Almeida Júnior e seus anexos à sociedade empresária 1Z2T PRODUÇÕES S/S LTDA - ME, nome fantasia "Pazetto Events Consulting", inscrita no CNPJ sob o nº 66.869.520/0001-43, tendo por representante legal Marcos Gomes Augustinas, inscrito no CPF sob o nº 381.100.161-20, para realização do evento 'It's Miller Time", no período de 27 a 30 de abril de 2015 mediante o recolhimento ao Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais - FEPAC do preço público calculado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do item 6.1.10.1 do anexo integrante do Decreto Municipal nº 55.823, de 29 de dezembro de 2014.

1.1. O cessionário deverá observar e cumprir as normas e determinações da Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria de Governo Municipal, bem como as normas de segurança apli cáveis à atividade circense e as demais a serem desenvolvidas. 1.2. O cessionário deverá obter junto aos órgãos competen

tes e apresentar oportunamente todas as autorizações necessá rias ao regular e seguro funcionamento do evento. 1.3. O cessionário não poderá utilizar a área cedida para

finalidade diversa da prevista nesta Portaria, bem como ceder sua área, no todo ou em parte, a terceiros estranhos ao evento. 1.4. As atividades desenvolvidas pelo cessionário serão de

sua exclusiva responsabilidade, devendo arcar com eventuais prejuízos que vier a causar ao patrimônio público e a terceiros, eximindo o Município de São Paulo de qualquer responsabilida de neste sentido.

2. O cumprimento das obrigações decorrentes da cessão deverá ser fiscalizado pela direção do Arquivo Histórico de

3. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

# **EDUCAÇÃO**

# GABINETE DO SECRETÁRIO

# PORTARIA Nº 2.834. DE 24 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e

-a adesão do Município de São Paulo ao Programa Saúde na Escola – PSE à Política Intersetorial do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, voltada às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira para promoção da saúde e a prevenção de agravos à saúde e de doenças;

-os princípios do PSE de intersetorialidade, integralidade e

-a necessidade de fortalecer integração e a articulação entre os órgãos de educação e de saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino; -a política intersetorial de educação e saúde, como subsí

dio para uma formação integral e usufruto pleno dos direitos

# RESOLVE:

Art.1° - Fica autorizada a dispensa do ponto para os profissionais da educação convocados que atuarão no Programa #TAMOJUNTO, em conformidade com o disposto no Comunica do nº 630, de 24/04/15.

Art.2º - O participante deverá entregar à Chefia Imediata, no prazo de até três dias da realização do evento, seu comprovante de participação.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua

### SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2015-2-073

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BUTANTA ENDERECO: RUA AZEM ABDALLA AZEM, 564/574 PROCESSOS DA UNIDADE SME/DRE-BT/DIPLA/BP 2011-0.339.403-3 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-CAO - RUTANTA

DEFERIDO

DEFERIDO EM:13/04/2015 BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS

### 2012-0.118.161-1 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-CAO - BUTANTA

**DEFERIDO** 

DEFERIDO EM: 15/04/2015 BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS

2012-0.218.751-6 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-

CAO - BUTANTA DEFERIDO

DEFERIDO EM: 13/04/2015

BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS 2013-0.118.917-7 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-

CAO - BUTANTA

**DEFERIDO** DEFERIDO EM: 13/04/2015

BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS 2013-0.119.705-6 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-

DEFERIDO

DEFERIDO EM: 09/04/2015

BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS 2013-0.119.737-4 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-

CAO - BUTANTA

**DEFERIDO** DEFERIDO EM: 13/04/2015

BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS 2013-0.121.798-7 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-

CAO - BUTANTA DEFERIDO DEFERIDO EM: 09/04/2015

BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS 2013-0.139.291-6 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-

CAO - BUTANTA **DEFERIDO** 

DEFERIDO EM: 10/04/2015 BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS
2013-0.215.362-1 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-

DEFERIDO DEFERIDO EM: 08/04/2015

BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS 2013-0.222.285-2 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-

**CAO - RIITANTA DEFERIDO** 

DEFERIDO EM: 09/04/2015

BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS
2013-0.230.048-9 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-CAO - BUTANTA

**DEFERIDO** DEFERIDO EM: 10/04/2015

BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS

2013-0.251.022-0 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-

CAO - BUTANTA **DEFERIDO** DEFERIDO EM: 14/04/2015 BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS 2013-0.257.515-1 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-

CAO - BUTANTA **DEFERIDO** 

DEFERIDO EM: 13/04/2015 BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS

2013-0.265.104-4 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-CAO - BUTANTA

DEFERIDO DEFERIDO EM: 10/04/2015 BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS

2013-0.354.429-2 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-CAO - BUTANTA

**DEFERIDO** 

DEFERIDO FM: 10/04/2015 BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS 2014-0.089.254-2 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCA-

CAO - BUTANTA **DEFERIDO** 

DEFERIDO EM: 15/04/2015 BENS DEVIDAMENTE INCORPORADOS

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JAÇANÃ / TREMEMBÉ

### RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO NO DOC DE 23/04/15, PÁG. 13 – PORTARIA Nº 022, DE

LEIA-SE COMO SEGUE NÃO COMO CONSTOU ... autorizada pela Portaria nº 276, de 16/12/11.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAPELA DO SOCORRO

# PORTARIA Nº 23. DE 16 DE ABRIL DE 2015

O Diretor Regional de Educação Capela do Socorro, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 2.453 de 08/04/15, com fundamento na Deliberação CME 07/14, e do que consta do Protocolado nº 16.36.048 \*1999

expede a presente Portaria: Art. 1º - Fica excluído o caráter provisório constante da Portaria nº 148, de 05/09/11, DOC de 06/09/11, que concedeu autorização de funcionamento a Escola Pricles, localizada na Rua Palmeira do Mar, nº 362, Parque das Árvores, São Paulo, mantida pelo Núcleo Educacional Pricles Ltda ME, CNPJ: 02.424.558/0001-20, à vista da apresentação do documento expedido pela Municipalidade e aiustamento às normas vigentes. Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua

publicação. PEGIONAL DE EDUCAÇÃO - CAPELA DO DIDETODIA **SOCORRO** 

PORTARIA Nº 01, DE 30 DE MARÇO DE 2015 O Diretor de Escola da EMEF LOURIVAL BRANDÃO DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento

RESOLVE: I - Fica instituída a Comissão de Apuração Preliminar com-

no Artigo 201 da Lei 8989/79, alterada pela Lei 13.519/03 e o

posta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro

disposto no Decreto 43.233/03,

nomeado e secretaria do último: MADALENA DOS SANTOS PEREIRA - RF. 605.529.0/3

JOSE ESPEDITO DE BARROS - RF. 668.047.0/5 - LOURENCO VITAL DE LIRA - RE 688,404,1/3

II – Δ Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativos ao contido no Processo nº 2015-0.093.077-2, devendo apresentar relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20 (vinte) dias:

III - Para o cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamentos e informações, bem como, examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários:

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publica ção, revogadas as disposições em contrario.

### DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE **GUAIANASES**

# PORTARIA N° 24, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O Diretor Regional de Educação de Guaianases, no uso das atribuições conferidas pela Portaria SME nº 690, de 20/01/11 e do que consta no PA 2012-0.061.095-0 e considerando:

o disposto na Lei federal nº 12.101/09 e Decreto nº

